ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

João Victor Rossi
Simone Becker
Aline Castilho Crespe

PPG-GEOGRAFIA/CAPES – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

PPG-GEOGRAFIA/UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

Contato: joao.victor.rf@hotmail.com

Contato: simonebk@yahoo.com.br

Contato: alinecrespe@ufgd.edu.br

A pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2) é o disparador desta pesquisa (com financiamento da FUNDECT/MS) que me conduzi(u)rá às análises das práticas governamentais contemporâneas no Brasil, desde março de 2020 até os tempos atuais – recorte temporal face à decretação da emergência pandêmica por parte da OMS (Organização Mundial da Saúde). Fontes documentais analisadas em meu trabalho de campo sinalizam a necropolítica das ações estatais que trata(ra)m questões vitais, ditando a vida e a morte segundo seus interesses neoliberais (MBEMBE, 2018) . O recorte de meu trabalho de campo se dá substancialmente com fontes documentais, com vieses que o torna continuidade em certas medidas de minha pesquisa de graduação. Dentre as fontes documentais, destaco os boletins “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à COVID-19 no Brasil” (CEPEDISA/USP/CONECTAS/CONASS) que foram publicados como resultados de um projeto interdisciplinar de cunho nacional (CEPEDISA, 2022) entre USP e outras instituições. Para além dos boletins antes assinalados, há outras fontes documentais como as leis e os

discursos midiáticos a serem analisados, graças sobremaneira à utilização da metodologia etnográfica com documentos. Os documentos de reportagens midiáticas foram sistematizados, em especial, a partir de suas circulações em grupo de "WhatsApp" durante a pandemia. No tocante ao recorte contextual, a pesquisa se volta para as ações estatais com impacto na região centro-oeste do Mato Grosso do Sul, cuja precarização dos corpos e das vidas indígenas se faz desde há muito – fruto do processo colonizador, com agudez evidente desde a pandemia. Portanto, para além de enfocar nas medidas que afetaram e afetam diretamente os povos indígenas locais, busco também na análise documental midiática e pelo trabalho de campo anterior à decretação da pandemia realizado em visitas junto ao Presídio de Dourados, trazer à tona o quão as existências LGBTQIA+ agonizam também em solos sul mato-grossenses – tanto quanto o das mulheres. A ampliação no enfoque deste projeto das pessoas atingidas até (quase) a literal morte, pelas ações estatais antes expostas, se sustenta pela noção de corpos abjetos de Judith Butler (2002). Como comentários finais, remeto-me às palavras da filósofa para quem: "o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como "não importante'. Para dar uma ideia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos" (Idem, s/p). As costuras entre abjeção (BUTLER, 2002) e necropolítica (MBEMBE, 2018) escracham a essência do Estado: Violência.

Agradecimento à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS) pelo financiamento desta pesquisa.